

EZEQUIEL DE CAMPOS

Legislaturas: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII.

Data de nascimento

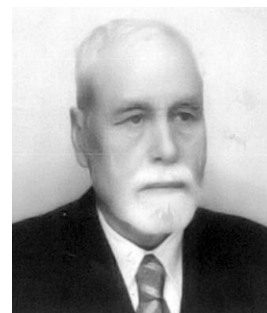
- 1874-12-12.

Localidade

- Beiriz / Póvoa do Varzim.

Data da morte

- 1965-08-26.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Engenharia civil, industrial e de minas pela Academia Politécnica do Porto (1898).

Profissão

- Engenheiro;
- Professor universitário.

Carreira profissional

- 1899 – Engenheiro de Obras Públicas em S. Tomé e Príncipe;
- 1916 – Engenheiro no distrito de Évora;
- Dirige os Estudos Hidráulicos do Douro, Cávado e Tejo;
- 1922-1939 – Director dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto;
- 1925 – Professor dos Instituto Superior do Comércio do Porto (até à sua extinção);
- 1928-1944 – Professor catedrático de Ciências Económico-Sociais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
- 1931-1940 – Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas;

Perfil político-ideológico

- Integra o grupo da *Seara Nova*;
- Colabora com o Integralismo Lusitano.

Carreira político-administrativa

- 1911 – Deputado à Assembleia Nacional Constituinte;
- 1924-1925 – Ministro da Agricultura e do Comércio;
- 1926 – Nomeado, pelo Decreto n.º 11707, Ministro da Agricultura e interino do Comércio, recusa, não tomando posse;
- Procurador à Câmara Corporativa por nomeação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	8.ª Secção – Electricidade.
II	25.ª – Finanças e economia geral.
III	24.ª – Finanças e economia geral.
IV	24.ª – Finanças e economia geral.
V	Conselho da Presidência; 7.ª – Indústrias metalúrgicas e químicas (<i>Assessor</i>); 25.ª – Finanças e economia geral.
VI	Conselho da Presidência; VI – Electricidade e combustíveis (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>6.ª Subsecção – Finanças e economia geral</i>).
VII	Conselho da Presidência; VI – Electricidade e combustíveis (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>5.ª Subsecção – Política e economia ultramarinas</i>).
VIII	Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa (<i>6.ª Subsecção – Finanças e Economia Geral</i>).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 80]

I Legislatura (1935-1938)

- Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.

II Legislatura (1938-1942) [11]

- 1/II – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1939.
- 5/II – Electrificação rural do País (*Relator*).
- 7/II – Rectificações dos mapas do plano do povoamento florestal.
- 8/II – Exploração de pedreiras.
- 10/II – Fomento mineiro.
- 11/II – Navegação para as colónias.
- 12/II – Autorização de receitas e despesas para 1940.
- 20/II – Autorização de receitas e despesas para 1941.
- 24/II – Autorização de receitas e despesas para 1942.
- 25/II – Autorização ao Governo para emitir um empréstimo consolidado de 3^{1/2} por cento.
- 30/II – Indústrias derivadas da produção agrícola (*Relator*).

III Legislatura (1942-1945) [14]

- 1/III – Autorização de receitas e despesas para 1943.
- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 3/III – «Casal da Escola».
- 4/III – Fiscalização das sociedades por acções.
- 5/III – Criação do Conselho de Fomento (*Relator*).
- 6/III – Autorização de receitas e despesas para 1944.
- 7/III – Distribuição dos lucros líquidos anuais das empresas de navegação.
- 12/III – Colonização da Herdade dos Pegões e dos terrenos da Mata Nacional da Gafanha (*Relator*).
- 17/III – Construção de casas de rendas económicas.
- 18/III – Electrificação do País.
- 19/III – Fomento e reorganização industrial (*Relator*).
- 20/III – Autorização de receitas e despesas para 1945.
- 22/III – Suplemento eventual de vencimentos dos funcionários e mais servidores do Estado.
- 23/III – Coordenação de transportes terrestres.

IV Legislatura (1945-1949) [19]

- 1/IV – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1946.
- 3/IV – Melhoramentos agrícolas.
- 4/IV – Acordos entre os Governos de Portugal e da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre serviços aéreos entre os territórios português e britânico e através deles.
- 6/IV – Foros.
- 7/IV – Regime jurídico dos Casais Agrícolas.
- 10/IV – Estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra.
- 12/IV – Melhoramentos no porto de Lisboa.
- 14/IV – Autorização de receitas e despesas para 1947.
- 16/IV – Inquilinato.
- 17/IV – Reorganização do parcelamento da serra de Mértola (*Relator*).
- 19/IV – Restrição do plantio da vinha.
- 20/IV – Imposto sobre sucessões e doações.
- 21/IV – Carta dos solos de Portugal.
- 24/IV – Receitas e despesas para 1948.
- 27/IV – Guarda rural e fomento de caça e pesca desportivas.
- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação.
- 30/IV – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1949.
- 33/IV – Exploração portuária.
- 39/IV – Tratado do Atlântico Norte.

V Legislatura (1949-1953) [17]

- 1/V – Autorização de receitas e despesas para 1950.
- 2/V – Da criação de um Fundo de teatro.
- 6/V – Sobre amnistia, protecção aos inválidos de guerra e revogação das leis de banimento.
- 9/V – Nova rubrica na tabela das profissões liberais para efeitos de imposto.
- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951.
- 13/V – Processo de liquidação de sisa devida nos casos de partilhas judiciais, quando haja lugar ao pagamento de tornas.

- 14/V – Proposta de lei de autorização da emissão dum empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1951».
- 15/V – Conservação dos edifícios escolares.
- 18/V – Projecto de proposta de lei do condicionamento das indústrias.
- 19/V – Plantio da vinha no continente.
- 22/V – Autorização das receitas e despesas para 1952.
- 25/V – Estatuto do Turismo.
- 32/V – Projecto de colonização dos terrenos da várzea do Ponsul.
- 36/V – Plano de Fomento – Parte I – continente e ilhas.
- 38/V – Autorização das receitas e despesas para 1953.
- 44/V – Arborização de terrenos para fixação e conservação do solo.
- 45/V – Colonização de zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola.

VI Legislatura (1953-1957) [15]

- 1/VI – Autorização de receitas e despesas para 1954.
- 3/VI – Isenção de contribuição predial rústica.
- 5/VI – Plano de financiamento da Junta Autónoma de Estradas para o período de 1956 a 1970.
- 6/VI – Regime da indústria hoteleira.
- 17/VI – Assistência aos funcionários civis tuberculosos.
- 22/VI – Revisão do Plano de Fomento.
- 26/VI – Limitação da remuneração dos corpos gerentes de certas empresas.
- 28/VI – Produção e comércio de conservas.
- 29/VI – Projecto de arborização do perímetro florestal de Barrancos.
- 31 /VI – Autorização de receitas e despesas para 1956.
- 43/VI – Projecto de colonização da Gafanha – II parte.
- 44/VI – Autorização das receitas e despesas para 1957.
- 45/VI – Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial.
- 46/VI – Delitos contra a saúde pública e a economia nacional.
- 56/VI – Reorganização do sistema de crédito e da estrutura bancária.

VII Legislatura (1957-1961) [2]

- 1/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1962.
- 17/VIII – Plano Intercalar de Fomento para 1965.

VIII Legislatura (1961-1965) [2]

- 1/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1962.
- 17/VIII – Plano Intercalar de Fomento para 1965.